

A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NUMA PERSPECTIVA DE LETRAMENTO

Prof^a Nilda Gonçalves Vieira Santiago (UEG)ⁱ

Resumo: O estudo tem como objetivo destacar a importância do letramento para a Educação de Jovens e Adultos (EJA), abordando a concepção de letramento crítico, tendo como pressupostos o uso da leitura e escrita voltado para as práticas e relações sociais, pois de acordo com Soares (2006) o indivíduo letrado muda sua condição em vários aspectos: social, cultural, cognitivo, político e outros. Serão apresentadas algumas questões sobre a Educação de Jovens e Adultos, que deve ser concebida no campo do direito como afirma Arroyo (2005), segundo o referido autor a EJA não existe somente para suprir carências, ela é um direito de indivíduos que trazem trajetórias escolares específicas e histórias de vida singulares. Nesse sentido são necessárias práticas pedagógicas coerentes com as especificidades desses sujeitos e que privilegiem os usos sociais da escrita e da leitura. Percebe-se que o aluno da EJA, ao procurar essa modalidade de ensino busca uma inserção no mercado de trabalho e uma melhor atuação nos grupos sociais considerados letrados. Assim a Escola tem como função proporcionar uma educação condizente com a ideia de letramento, oferecendo condições para que o aluno da Educação de Jovens e Adultos consiga usar seu conhecimento para um crescimento pessoal e participação social ativa. Para Rojo (2009) a escola deve compreender os novos letramentos emergentes na sociedade contemporânea a fim de viabilizar um trabalho pedagógico eficaz, que atenda as expectativas e peculiaridades dos sujeitos presentes na EJA. De acordo com Freire (1996), o educador precisa reforçar a capacidade crítica do educando, para que ele repense a sua forma de atuar no mundo. O trabalho proposto pretende dessa forma, contribuir para uma compreensão acerca de letramento e sua importância nos processos educativos voltados para a Educação de Jovens e Adultos.

Palavras-chave: Letramento. Educação de Jovens e Adultos. Práticas sociais.

1 INTRODUÇÃO

A educação é vista enquanto fator de transformação social e crescimento pessoal, possibilitando a todos que tem acesso à escola o conhecimento sistematizado e elaborado, visando à construção do pensamento autônomo. Nessa perspectiva faz-se necessário criar oportunidades iguais para todos, a fim de se conseguir uma sociedade mais justa. Entretanto não é o que se percebe no contexto educacional brasileiro. Saviani (2001), ao discutir a questão da marginalidade retoma aos anos 70 para mostrar os altos índices de analfabetismo e de evasão escolar, bem como os problemas que dificultavam e dificultam o acesso às instituições escolares.

Refletir sobre a Educação de Jovens e Adultos torna-se importante por exigir uma perspectiva diferenciada: uma educação que atenda também aos excluídos e marginalizados

tanto do sistema educacional quanto da sociedade, pois se percebe ao longo da história que os sujeitos da EJA são os mesmos de sempre, os pobres, desempregados, negros. Enfim, “são jovens e adultos populares. Fazem parte dos mesmos coletivos sociais, raciais, étnicos e culturais” (ARROYO, 2005, p. 29).

É necessário entender quem são esses jovens e adultos para viabilizar um trabalho educativo mais coerente com suas necessidades e peculiaridades. Eles devem ser vistos como alunos, com direito de se apropriarem daquilo que é a função da escola: a socialização do saber sistematizado, garantido a todos.

Arroyo (2005), pondera que a diversidade da EJA, tem permitido inovações, bem como a inserção de teorias e práticas pedagógicas que não tiveram boa aceitação no ensino regular, o que demonstra que a Educação de Jovens e Adultos vem caminhando rumo à um ensino transformador que ao mesmo tempo qualifica e emancipa, de caráter crítico, autônomo e progressista. Como observa Freire (1996, p. 15), “uma das tarefas precípuas da prática educativa progressista é exatamente o desenvolvimento da curiosidade crítica, insatisfeita, indócil”.

Nessa perspectiva trabalhar com jovens e adultos por meio do letramento responde criticamente aos anseios de educadores e estudiosos preocupados com uma prática educativa que atenda as particularidades desta categoria. Ainda que alguns profissionais não conheçam o conceito de letramento, muitos já usam metodologias e práticas que contemplam as expectativas de formar cidadãos letrados.

De acordo com a sua postura profissional, política e acadêmica, muitos professores entendem que aprender a ler e a escrever só faz sentido se o aprendiz for capaz de usar a leitura e a escrita como um meio de transformação da realidade e de tomada de consciência do papel que cada um exerce para a formação de uma sociedade melhor e mais igualitária. Esse pressuposto vem de encontro com a ideia de letramento, na sua dimensão social. Segundo Soares (2006, p. 72) “letramento é o que as pessoas fazem com as habilidades de leitura e escrita, em um contexto específico, e como essas habilidades se relacionam com as necessidades, valores e práticas sociais”. Nesse sentido, letramento enquanto conjunto de práticas sociais ligadas à leitura e escrita, está inserido numa abordagem de educação sociocrítica, que de acordo com Libâneo (2005, p. 13), “convergem na concepção de educação como compreensão da realidade para transformá-la, visando à construção de novas relações sociais para superação de desigualdades sociais e econômicas”.

Soares (2006) diferencia letramento de alfabetização e esclarece a importância de se conhecer as diferenças e relações entre esses dois fenômenos, a fim de se conseguir um

processo ensino-aprendizagem significativo. Para a referida autora, uma pessoa alfabetizada é capaz de ler e escrever, já uma pessoa letrada consegue fazer uso da leitura e escrita em seu contexto social.

Partindo dessa compreensão entende-se que a eficácia do processo ensino-aprendizagem numa perspectiva do letramento ocorre quando os professores interagem com seus alunos e conseguem vivenciar o cotidiano dos mesmos. Esse trabalho trata-se de uma pesquisa bibliográfica e objetiva discutir a importância de trabalhar com jovens e adultos a partir da ideia de letramento. Serão apresentadas algumas definições de letramento e reflexões sobre a Educação de Jovens e Adultos (EJA) identificando seus sujeitos e suas concepções a fim de analisar a importância de práticas diferenciadas que atendam realmente essa modalidade de ensino.

2 REFLETINDO SOBRE LETRAMENTO

Definir letramento é algo ainda complexo para muitos estudiosos e profissionais da educação. Soares (2006) considera letramento como fenômeno multifacetado e de difícil consenso em torno de uma definição. O vocábulo se origina do termo *literacy*, que “designa o estado ou condição daquele que é *literate*, daquele que não só sabe ler e escrever, mas também faz uso competente e frequente da leitura e da escrita” (SOARES, 2006, p. 36).

Dessa forma apesar das dificuldades em torno da definição e da compreensão do fenômeno, mesmo porque a palavra é nova ainda no nosso meio, tem-se claro a ideia de que letramento está voltado para as práticas sociais que se dão a partir da aquisição da leitura e da escrita, de um novo estado ou condição que as pessoas adquirem ao se apropriarem dessas tecnologias.

Assim, entende-se que letramento é um fenômeno que propicia ao sujeito, por meio da leitura e da escrita, uma participação ativa na sociedade, agindo e interagindo, se posicionando enquanto cidadão, argumentando, formando opinião própria. A sociedade atual exige muito mais do que a aquisição dos códigos de leitura e escrita. É preciso compreender, interpretar, contextualizar e assim mudar a sua condição social e cultural.

Soares (2006) esclarece que essa mudança não significa passar de uma classe social para outra, mas “mudar seu lugar social, seu modo de viver na sociedade, sua inserção na cultura – sua relação com os outros, com o contexto, com os bens culturais” (SOARES, 2006, p. 37). E essa postura transformadora é essencial na sociedade contemporânea, marcada pela diversidade cultural, econômica e social.

Nesse sentido a escola tem um papel fundamental de valorizar e trabalhar com as diferenças, de mostrar a diversidade como ponto enriquecedor para o convívio humano, de promover uma análise das mudanças sociais e da inserção de novos paradigmas. De acordo com Rojo (2009) a sociedade atual é caracterizada pela emergência de novos letramentos e a escola deve “levar em conta e incluir nos currículos a grande variedade de culturas já presentes nas salas de aula de um mundo globalizado e caracterizado pela intolerância na convivência com a diversidade cultural” (ROJO, 2009, p. 12).

A escola cumpre um papel primordial para a sistematização do conhecimento e para a aplicação da educação formal, essencial para as pessoas em formação. No entanto essa formação não ocorre somente por meio de disciplinas e currículos escolares. O conhecimento pode ser adquirido nos diversos espaços da vida social, e se dá por meio da interação, podendo proporcionar o letramento do indivíduo. Para Soares (2006) a pessoa pode não saber ler e escrever, mas ser de certa forma um sujeito letrado.

Se vive em um mundo em que a leitura e a escrita têm presença forte, se se interessa em ouvir a leitura de jornais feita por um alfabetizado, se recebe cartas que outros leem para ele, se dita cartas para que um alfabetizado as escreva (e é significativo que, em geral, dita usando vocabulário e estruturas próprios da língua), se pede a alguém que lhe leia avisos ou indicações afixados em algum lugar, esse analfabeto é, de certa forma, letrado, porque faz uso da escrita, envolve-se em práticas sociais de leitura e de escrita. (SOARES, 2006, p. 24).

É possível perceber entre os alunos da EJA, muitos jovens e adultos que carregam essas experiências de letramento em suas vidas, daí a importância de práticas e direcionamentos específicos para atender essa modalidade, garantindo um ensino significativo e com qualidade. Em relação à leitura e escrita é importante trabalhar com palavras e temas comuns a eles, permitindo o diálogo e a interação entre alunos e professores.

Os alunos dessa modalidade precisam de aulas planejadas de acordo com suas realidades, que contemplem seu dia a dia, suas culturas, suas vivências. A Educação de Jovens e Adultos deve ser vista numa perspectiva social e não somente no campo da alfabetização e ensino de conteúdos livrescos. De acordo com a compreensão que se tem de letramento, não basta a esses jovens e adultos, tão carregados de experiências e conhecimentos não formais, simplesmente aprender a ler e escrever ou aprender os conteúdos previstos no currículo. É preciso ir além, é necessário que as metodologias utilizadas pelos professores, os auxiliem a usar a leitura e a escrita e todos os conteúdos estudados, no seu cotidiano, na sua comunidade, de modo a contribuir para uma sociedade mais justa.

Soares (2006) aponta duas condições para que ocorra o letramento, a primeira é a escolarização efetiva e real de todas as pessoas e a segunda diz respeito a disponibilização de material e ambientes de leitura. Faltam livros acessíveis, bibliotecas, livrarias. Segundo a autora essa carência de materiais e condições é a causa do fracasso das campanhas de alfabetização no país: “contentam-se em ensinar a ler e escrever, deveriam, em seguida, criar condições para que os alfabetizados ficassem imersos em um ambiente de letramento, para que pudessem entrar no mundo letrado” (SOARES, 2006, p. 58).

Kleiman (2005) considera que é possível inserir os alunos no mundo letrado desde que o professor seja um agente social, mas para isso necessita de conhecimentos específicos sobre letramento, identificando qual o valor da leitura e da escrita no cotidiano de seus alunos, criando estratégias e metodologias coerentes com uma proposta crítica, de colaboração, de posicionamento político e ético e do uso da leitura e escrita nas práticas sociais.

3 ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE A EJA

A história da EJA é marcada por programas mal definidos, surgidos muitas vezes para atender situações e conjunturas emergenciais de cunho social e político. Entretanto nos últimos anos percebe-se que há uma concentração de esforços para garantir uma educação que atenda as necessidades dos jovens e adultos e que prime pela qualidade, pois os próprios sujeitos da EJA passaram a exigir esse direito e o Estado tem assumido essa responsabilidade.

Para romper com uma visão negativa e reduzida em relação à EJA é preciso entender que muito mais do que jovens e adultos evadidos ou que não tiveram acesso à escola, esses sujeitos carregam experiências de marginalização, de exclusão social e econômica. “É preciso que a sociedade compreenda que alunos de EJA vivenciam problemas como preconceito, vergonha, discriminação” (LOPES; SOUSA, 2010, p. 2), por isso o ensino nessa modalidade deve ter como pressuposto atender esses alunos respeitando o seu tempo e seu percurso, deixando de ser somente uma compensação de escolarização e tempo.

Segundo Arroyo (2005) a EJA não existe somente para suprir carências, ela é um direito de indivíduos que trazem trajetórias escolares específicas e histórias de vida singulares. “Teimar em reduzir direitos a favores, à assistência, à suplência, ou a ações emergenciais é ignorar os avanços na construção social dos direitos, entre eles à educação de jovens e adultos” (ARROYO, 2005, p. 28).

Outro ponto a se considerar é a diversidade presente na EJA, embora historicamente, a maioria dos jovens e adultos que retornam à escola são pessoas oprimidas, que ficaram à

margem da educação e do trabalho, ou seja, possuem a mesma identidade coletiva, mas carregam suas particularidades, são pessoas de idades diversas, de histórias familiares diferentes e de caminhos escolares próprios, todos, entretanto, marcados pela exclusão. “As pessoas jovens e adultas são sujeitos que possuem lugares sociais, identitários, geracionais, de raça, de gênero e de orientação sexual diversos” (SILVA, 2009, p. 213).

A diversidade da EJA, no entanto, configura também em caminhos férteis para a democratização da escola e isso tem permitido a inserção de políticas, teorias e inovações na Educação de Jovens e Adultos, estabelecendo novas dimensões para essa modalidade e principalmente um novo olhar: a EJA começa a ser vista como direito e não como favor. E isso se dá em grande medida pelas lutas populares e movimentos sociais. De acordo com Silva (2009, p. 211) “da EJA vista como medida compensatória, passando pelas lutas populares, pela alfabetização de adultos, até a conquista do direito à vivência da vida adulta como um importante ciclo de formação humana foi um longo caminho percorrido”.

Todos os movimentos sociais trazem como características a tomada de consciência frente à realidade e a ação, visando a libertação e a autonomia, o que ocorre em grande parte por meio do processo educativo e reflexivo. Para Freire (1996, p. 41) “uma pedagogia da autonomia tem de estar centrada em experiências estimuladoras da decisão e da responsabilidade, vale dizer, em experiências respeitadas de liberdade”. A escola tem papel preponderante nessa tarefa de estimular a reflexão e ação, pois o ato de ensinar é um ato político. “O direito popular ao conhecimento sempre teve na EJA um sentido político: contribuir nos ideais de emancipação e libertação, dar aos setores populares horizontes de humanização, dá-lhes o direito de escolher, de planejar seu destino” (ARROYO, 2005, p. 41).

Uma questão que merece destaque é a necessidade de um diagnóstico da situação dos alunos da EJA, a fim de que o professor possa fazer uma articulação do conhecimento popular e de suas experiências com o saber sistematizado, respeitando as condições desses sujeitos e priorizando o letramento. A EJA “não deve seguir padrões e vícios dos processos escolares tradicionais, mas, incluir uma proposta educativa condizente com o ciclo da vida e as experiências sociais e culturais dos sujeitos que dela fazem parte” (SILVA, 2009, p. 212). É preciso valorizar os saberes populares e, sobretudo, o tempo e experiências que esses alunos carregam, só assim serão firmadas propostas consistentes, “propostas mais próximas da especificidade das vivências dos jovens-adultos populares, propostas que veem a EJA como um tempo de direitos de sujeitos específicos e em trajetórias humanas e escolares específicas” (ARROYO, 2005, p. 29).

É importante considerar também, que esses jovens e adultos são trabalhadores e que buscam na escola, meios para melhorar suas condições de vida. Por isso é relevante uma análise dos alunos além da condição escolar, pois o trabalho está intimamente relacionado à sua vida e à permanência na escola. Na maioria dos casos “esses trabalhadores são desvalorizados, discriminados e estigmatizados por fazerem parte de um grupo dos analfabetos ou pouco escolarizados, daqueles que são excluídos” (PRADO; REIS, 2012, p. 5).

Torna-se fundamental um entendimento histórico da EJA e das lutas populares, para que a escola e os professores possam adequar o seu trabalho às necessidades e especificidades desse público e “reconhecer e valorizar os alunos como sujeitos, capazes não só de aprender, mas de administrar sua vida e sua sobrevivência pessoal e familiar, participar ativamente da comunidade com autonomia, sem vê-los como receptores passivos” (SAMPAIO, 2009, p. 25). Os educadores precisam compreender que esses sujeitos ao voltarem para a escola, já trazem consigo expectativas e a noção do que querem, do que precisam, do que têm direito. Arroyo (2006, p. 6) salienta que “os jovens e adultos sempre que voltam para a escola, voltam pensando em outros direitos: o direito ao trabalho, o direito à dignidade, o direito a um futuro um pouco mais amplo, o direito à terra, o direito à sua identidade”.

Portanto para uma verdadeira reconfiguração da EJA, é necessário o comprometimento de todos os atores do processo: escola, Estado, professores e alunos, compreendendo que o jovem e o adulto são sujeitos ativos e de direito. Nota-se na sociedade atual uma grande valorização do jovem, mas essa valorização não contempla ainda os jovens das camadas populares. É preciso apagar alguns traços de nossa cultura elitista, entre eles “o olhar negativo sobre a juventude popular” (ARROYO, 2005, p. 26), entendendo-os como sujeitos de direitos e deveres, só assim a EJA perderá seu caráter reducionista e compensatório.

Assim diante das questões colocadas para reflexão entende-se que a proposta do ensino valorizando a ideia de letramento, numa perspectiva do pensamento autônomo e crítico, inserido na realidade social atende significativamente os anseios do público que procura a Educação de Jovens e Adultos. Para Arroyo (2005, p. 31) “é significativo que todos os movimentos sociais, revolucionários, democráticos e progressistas incorporem em seus programas a educação do povo, a erradicação do analfabetismo, a conscientização e politização dos jovens e adultos”.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O cenário da EJA aponta para uma educação mais politizada e resultante de lutas democráticas, com a finalidade de inserção das camadas populares nas instituições escolares, mas com o acesso a um ensino de qualidade e coerente com suas necessidades, priorizando seu contexto sociocultural.

É possível, dessa forma, afirmar que a importância de educar letrando se dá a partir do entendimento de que o sujeito deve se posicionar na sociedade, refletindo sobre sua condição de cidadão, indo além da simples aquisição de conhecimento.

A escola precisa incorporar no seu projeto político e em sua prática metodologias que contemplem a perspectiva do letramento, entendido enquanto o uso da leitura e da escrita nas práticas sociais, no cotidiano das pessoas com vistas à transformação, à mudança de estado ou condição.

É possível perceber, que para os jovens e adultos que não concluíram seus estudos, voltar para a escola significa buscar novas oportunidades, recuperar o tempo escolar, inserir no mercado de trabalho ou simplesmente melhorar seu convívio social. Dessa forma o ensino ofertado para esses sujeitos deve ser o mais significativo possível e totalmente voltado para os seus saberes, vivências e experiências adquiridas ao longo da vida, ou seja, um ensino que priorize o letramento crítico.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel González. Educação de jovens-adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública. In: SOARES, Leôncio; GIOVANETTI, Maria Amélia G. C.; GOMES, Nilma Lino (Orgs.). *Diálogos na educação de jovens e adultos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 19-50.

_____. Formar educadoras e educadores de jovens e adultos. In: SOARES, Leôncio (Org.). *Formação de educadores de jovens e adultos*. Belo Horizonte: Autêntica, SECAD – MEC/UNESCO, 2006. Formato eletrônico. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001493/149314porb.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2014.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia – saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

KLEIMAN, Angela B. *Preciso ensinar o letramento? Não basta ensinar a ler e a escrever?* São Paulo: Produção Editorial, 2005.

LIBÂNEO, José Carlos. As teorias pedagógicas modernas revisitadas pelo debate contemporâneo na educação. In: _____; SANTOS, A. (Orgs.). *Educação na era do conhecimento em rede e transdisciplinaridade*. Campinas/SP: Editora Alinea, 2005.

Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/16367378/Teorias-pedagogicas-modernas-Libaneo>>. Acesso em: 22 out. 2014.

LOPES, Selva Paraguassu; SOUZA, Luzia Silva. EJA: uma educação possível ou mera utopia? *Cereja*, 2010. Disponível em: <http://www.cereja.org.br/pdf/revista_v/Revista_SelvaPLopes.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2014.

PRADO, Di Paula Ferreira; REIS, Sônia Maria Alves de Oliveira. Educação de Jovens e Adultos: o que revelam os sujeitos? In: XVI ENDIPE – Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino, 2012. *Anais...* Campinas: UNICAMP, 2012. Disponível em: <http://www.infoteca.inf.br/endipec/smarty/templates/arquivos_template/upload_arquivos/acer vo/docs/3479p.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2014.

ROJO, Roxane. *Letramentos múltiplos, escola e inclusão social*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

SAMPAIO, Marisa Narcizo. Educação de Jovens e Adultos: uma história de complexidade e tensões. *Práxis Educacional*, Vitória da Conquista, v. 5, n. 7 p. 13-27, jul./dez. 2009. Disponível em: <<http://www.uesb.br/editora/publicacoes/Pr%C3%A1xis-v.%205,%20N.%207.pdf>>. Acesso em: 29 jan. 2014.

SAVIANI, Dermeval. *Escola e democracia*. 34. ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

SILVA, Natalino Neves da. Educação de Jovens e Adultos: um campo de direito à diversidade e de responsabilidade das políticas públicas educacionais. *Educação e Diversidade*, v. 2, p. 209-225, 2009. Disponível em: <http://www.ufpe.br/cead/estudosepesquisa/textos/natalino_neves2.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2014.

SOARES, Magda. *Letramento: um tema em três gêneros*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

Autora:

ⁱ Nilda Gonçalves Vieira SANTIAGO, professora mestranda.

Universidade Estadual de Goiás (UEG)

nildagoncalves@ibest.com.br

Financiamento da pesquisa: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG)

Apoio financeiro: Universidade Estadual de Goiás (UEG), por meio do Programa de Auxílio Eventos (Pró-Eventos).